



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005693-28.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Monica Vanessa Gomes**
 Requerido: **Nova Casa Bahia Sa e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um produto junto à primeira ré e fabricado pela segunda, o qual no período de garantia apresentou vício de funcionamento.

Alegou ainda que ele foi substituído por outro que também teve o mesmo problema, sendo encaminhado à assistência técnica.

Salientou que a segunda ré não forneceu o suporte necessário para o reparo do bem no trintídio, razão pela qual almeja à rescisão da compra e ao ressarcimento do valor pago.

A primeira ré é revel.

Citada regularmente (fl. 09), não apresentou contestação e tampouco justificou sua inércia (fl. 52), de modo que se presumem quanto a ela verdadeiros os fatos articulados pela autora.

Quanto à segunda ré, ressaltou em suma que a autora não demonstrou que o vício apontado derivaria da fato que lhe poderia ser imputável, além de asseverar a possibilidade do mesmo decorrer do mau uso por parte da própria autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Assim posta a questão debatida, reputo que o acolhimento da pretensão deduzida é de rigor.

Isso porque o documento de fl. 03 patenteia que em 12 de março/2014 a autora encaminhou o produto em pauta à assistência técnica, a qual não pode realizar o necessário conserto porque até o dia 25 de abril a segunda ré não lhe fornecera o necessário para tanto.

É relevante assinalar que as rés não impugnaram tal documento e sequer se pronunciaram a seu respeito.

Por outro lado, ele deixa claro que o vício do aparelho não pode ser atribuído ao mau uso da autora, porquanto se assim fosse à evidência essa circunstância seria de pronto apontada.

As rés, ademais, não trouxeram um só indício que conferisse verossimilhança ao argumento e, ao contrário, a segunda ré esclareceu junto ao PROCON local que devolveria à autora o valor por ela despendido (fl. 50).

Essa conduta é de todo incompatível com a de no curso do processo oferecer resistência ao pleito apresentado.

A conjugação desses elementos indica que estão presentes os pressupostos do art. 18, § 1º, inc. II, do Código de Defesa do Consumidor, porquanto a permanência do produto por mais de trinta dias junto à assistência técnica importa superação do prazo legal para que o vício fosse sanado.

A autora faz por isso jus à devolução do valor da compra.

Anoto, por fim, que em momento algum a autora postulou o recebimento de indenização para ressarcimento de danos morais, não merecendo apreciação as arguições a propósito feitas em contestação.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes, dando por inexigível qualquer débito dele decorrente, bem como para condenar as rés a pagarem à autora a quantia de R\$ 1.299,00, acrescida de correção monetária, a partir de abril de 2013 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Caso as rés não efetuem o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação pelas rés, a segunda poderá retirar o produto que se encontra na assistência técnica, dando-lhe a destinação que lhe aprouver.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 14 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**